Políticas Públicas que integrem compromissos climáticos internacionais e nacionais com garantia de justiça social, sustentabilidade e direitos e proteção aos Povos e Comunidades Tradicionais

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais
Aldete Fonseca
Pesquisadora e Assessora SETEQ

Audiência Pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

04/dezembro2024

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

1. Mudanças e Emergências Climáticas

2. Compromissos Climáticos Internacionais

3. Compromissos Climáticos Nacionais

4. Políticas Públicas para PCTs no âmbito MC

Mudanças e Emergências Climáticas

Mudanças e Emergências Climáticas

O que significam?
Quais suas consequências?
Quais ações são necessárias?

MC são transformações significativas no clima da terra, impulsionadas especialmente pela ação humana.
Ex: queima de combustíveis fósseis, desmatamentos, queimadas, práticas agrícolas inadequadas

ECE fenômenos naturais que ocorrem com intensidade ou frequência acima do normal e podem ter consequências severas para o ambiente, a sociedade e a economia.
Ex: chuvas, secas

EC situações de crise ambiental, resultantes de ECE e com impacto significativo na saúde humana, segurança alimentar, recursos hídricos, habitação e na biodiversidade.
Ex: inundações RS; seca Amazônia

Mudanças e Emergências Climáticas

Quais suas consequências?

- Aumento da Temperatura
- Derretimento de Gelo e Aumento do Nível do Mar
- Eventos Climáticos Extremos
- Impacto na Biodiversidade
- Desafios para a Agricultura
- Impactos na Saúde Humana
- Entre outros

Mudanças e Emergências Climáticas

Quais ações são necessárias?

Mitigação: Reduzir as emissões de gases de efeito estufa através da transição para fontes de energia renovável, eficiência energética e práticas sustentáveis.

Adaptação: Preparar comunidades e ecossistemas para os impactos das mudanças climáticas, através de infraestruturas resilientes e estratégias de gestão de recursos.

Educação e Conscientização: Aumentar a conscientização sobre as mudanças climáticas e suas consequências, promovendo ações individuais e coletivas.

Políticas e Acordos Nacionais e Internacionais: Implementar políticas eficazes e participar de acordos globais, como o Acordo de Paris, focados na ação climática.

Compromissos Climáticos Internacionais

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCC) (1992): proporciona a estrutura para negociações climáticas e a implementação de acordos, como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris. COP 30 no Brasil.

Protocolo de Kyoto (1997): primeiro acordo no qual os países industrializados se comprometeram a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa. O Protocolo entrou em vigor em 2005 e estabeleceu metas de redução para períodos específicos.

Acordos de Copenhague (2009): estabelecido na 15ª Conferência das Partes (COP 15) da UNFCCC, foi um importante passo em direção à luta contra as mudanças climáticas, embora não tenha sido um tratado vinculativo. Previa a limitação do aquecimento global; redução das emissões, transparência e monitoramento, financiamento climático e reconhecia a importância da ciência.

Compromissos Climáticos Internacionais

Acordo de Paris (2015): compromisso global para combater as mudanças climáticas, onde quase todos os países assinaram se comprometendo a limitar o aumento da temperatura global abaixo de 2ºC em relação aos níveis pré-industriais, com esforços para não ultrapassar 1,5 graus. Cada país apresentou suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), que descrevem seus planos para reduzir as emissões.

Pacto de Glasgow (2021): Resultado da Conferência das Partes (COP26), o pacto reafirma o compromisso de limitar o aumento da temperatura global e inclui promessas de reduzir as emissões de metano e parar o desmatamento até 2030.

COP 29 (2024): realizada em Baku, Azerbaijão, visou dar continuidade às negociações sobre a implementação do Acordo de Paris e estratégias para combate às mudanças climáticas. Estabeleceu o "Roteiro Baku a Belém" para aumentar o financiamento climático de US$ 300 bilhões para 1,7 trilhão.

COP 30 (2025) no Pará, Brasil.

Compromissos Climáticos Nacionais

Acordo de Paris (2015): O Brasil comprometeu-se a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 em relação aos níveis de 2005 e a alcançar a neutralidade de carbono até 2060.

Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs): metas de redução de emissões e de aumento da energia renovável em sua matriz energética.

Política Nacional sobre Mudanças do Clima (2009): ações para mitigar as mudanças climáticas e se adequar aos seus impactos.

Compromisso com a Amazônia: aumentar a proteção da Floresta Amazônica e combater o desmatamento,.

Iniciativas de energia renovável: fazer a transição energética para fontes de energias renováveis

Compromissos Climáticos Nacionais

Plano de Ação de Combate ao Desmatamento e Queimadas (PPCDs) (2004): reduzir o desmatamento e as queimadas em todos os biomas. Eixos: redução do desmatamento; combate as queimadas; fiscalização e monitoramento; incentivos à sustentabilidade; engajamento das Comunidades Locais; integração de políticas; educação e sensibilização.

Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB)

Programa Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar

Plano Nacional de Recuperação de Vegetação Nativa (PlanaVeg)

Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais

Política Nacional de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Alimentação, Agricultura e Pecuária

Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável (BioRegio)

Compromissos Climáticos Nacionais

Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) ou Plano Clima Brasil (2024): conjunto de diretrizes e ações voltadas para enfrentar as mudanças climáticas, promovendo a mitigação de emissões de gases de efeito estufa e a adaptação aos impactos climáticos. O plano integra ODSs e busca implementar compromissos assumidos pelo Brasil como o Acordo de Paris.

Principais componentes:

Mitigação de Emissões: metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, abordando setores como energia, transporte, agricultura, desmatamento e gestão de resíduos.

Adaptação: promover ações para aumentar a resiliência de comunidades e ecossistemas, preparando o país para os impactos das mudanças climáticas, como eventos climáticos extremos e alterações nos padrões de chuva.

Compromissos Climáticos Nacionais

Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) ou Plano Clima Brasil (2024)

Energias Renováveis: incentivar a transição para fontes de energia limpa e renovável, contribuindo para a redução da dependência de combustíveis fósseis.

Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais: preservação de florestas e ecossistemas, reconhecendo o papel do Brasil como um dos maiores responsáveis pela biodiversidade global e pela proteção das florestas tropicais.

Engajamento e Participação Social: promover a inclusão de diferentes setores da sociedade, como governo, empresas e organizações da sociedade civil, no desenvolvimento e implementação de políticas climáticas.

Compromissos Climáticos Nacionais

Educação e Comunicação: enfatizar a importância da educação ambiental para sensibilizar a população sobre a necessidade de ações climáticas.

Financiamento e Investimentos: buscar atrair investimentos, tanto públicos quanto privados, para apoiar projetos que visem a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/plano-clima/apresentacao-plano-clima-atualizada-mai24-lgc-1.pdf

Compromissos Climáticos Nacionais

Planos Setoriais de Mitigação

1. Agricultura e pecuária
2. Uso da terra e florestas
3. Cidades, incluindo Mobilidade Urbana
4. Energia e Mineração
5. Indústria
6. Resíduos
7. Transportes

Planos Setoriais de Adaptação

1. Agricultura e pecuária
2. Biodiversidade
3. Cidades + Mobilidade
4. Gestão de Riscos e Desastres
5. Indústria
6. Energia
7. Transportes
8. Igualdade racial e combate ao racismo
9. Povos e Comunidades Tradicionais
10. Povos Indígenas
11. Recursos Hídricos
12. Saúde
13. Segurança Alimentar e Nutricional
14. Oceano e Zona Costeira
15. Turismo

PLANO CLIMA

Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais no âmbito das Mudanças Climáticas

Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

Em elaboração

Desafios:

- **Reconhecimento dos 28 segmentos de PCTs (Decreto 6040/2007)**
- **Mapeamento de todos os territórios tradicionais**
- **Demarcação e regularização dos territórios tradicionais**
- **Consulta livre, prévia e informada – OIT 169**
- **Etnodesenvolvimento**
- **Inclusão social, produtiva e econômica**
- **Acesso a Energia Renovável e rentabilidade**
- **Educação, capacitação e ATER**

Desafios

- **Iniciativas de Adaptação Comunitária**
- **Monitoramento e Avaliação**
- **Participação em Decisões Climática**
- **Proteção da Biodiversidade e do Conhecimento Tradicional**
- **Proteção Jurídica**
- **Saúde e Bem-Estar**

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

OBRIGADA

maria.aldete@mda.gov.br

+ 55 61 9 9556 8228

+ 55 61 3276 4041 Ramal 4041